

Anexo 1 – Planilha de áreas para Habitação Unifamiliar de até 02 (duas economias);

PLANILHA DE CONTROLE E REGISTRO HABITAÇÃO UNIFAMILIAR (LC 434/99 atualizada pela LC 646/10)					
A	EXP. ÚNICO:		LOGRADOURO:		
B	ATIVIDADE (anexo 5.1):				
	TIPO DE CONSTRUÇÃO: ()NOVA ()REFORMA ()REGULARIZAÇÃO - ()ALVENARIA ()MISTA ()MADEIRA ()OUTRA (especificar):				
	Nº ECONOMIAS:	Nº PAVIMENTOS:	Nº DORMITÓRIOS:	Nº VAGAS ESTACIONAMENTO:	
C	ÁREA ESCRITURA:		ÁREA MENOR POLÍGONO:		
	ÁREA ATINGIDA:		ÁREA REMANESCENTE:		ÁREA PARA APLICAÇÃO R.U.:
D	ANEXO 6 APROVEITAMENTO (CÓD.=)		IA= (ISENTO)		
	ANEXO 7.1 VOLUMETRIA (CÓD.=)		ALTURA MÁXIMA:		
			ALTURA DIVISA:		
			ALTURA BASE:		
	DGCEA (se houver limite V COMAR):	OCUPAÇÃO:	BASE:	CORPO:	
	RECUO PARA JARDIM: (Art. 117) m				
	ÁREA LIVRE PERMEÁVEL:		OBRIGATÓRIA (Art. 96 § 8): m²	PROJETO: m²	
ISENTA (Art. 113 – VI): () SIM () NÃO					
E	DISCRIMINAÇÃO		ÁREAS		
			A CONSTRUIR		EXISTENTE (A PERMANECER)
	SUBSOLO				
	TÉRREO				
	2º PAVIMENTO				
	VOLUME SUPERIOR				
	TOTAL				

Anexo 1 – folha 2 - Instrução de preenchimento da planilha de áreas para Habitação Unifamiliar de até 02 (duas) economias:

A Planilha de Controle e Registro é composta por 05 campos A, B, C, D e E, os quais devem ser preenchidos com base na Lei Complementar 434/99 alterada pela LC 646/10 conforme DM (Declaração Municipal), DRT (Declaração de Responsabilidade Técnica), com dados do projeto, a saber:

CAMPO A: Os dados referentes ao Campo A dizem respeito às informações quanto ao endereço e localização do imóvel. Deverá ser preenchido o número do expediente único (a ser obtido junto ao Protocolo Setorial do EGLRF, em consulta prévia ou quando da protocolização do requerimento de DM) e o respectivo endereço - logradouro e número.

O campo endereço deve ser preenchido em acordo com o respectivo EU. Projetos cujo endereço apresentado diverge do endereço do expediente único são passíveis de indeferimento, devendo, posteriormente, ser novamente protocolizados no EU correto.

CAMPO B: As informações referentes ao Campo B dizem respeito aos dados estatísticos do projeto devendo ser preenchidos:

Atividade: especificar a atividade de acordo com o anexo 5.1 da L.C, devendo o espaço ser preenchido, apenas, com o código do *Grupamento de Atividade* (GA) e a *Zona de Uso*;

Tipo de construção: indicar, dentre as opções apresentadas, o tipo de construção (se nova, reforma em edificação regular ou existente ou regularização) e as características construtivas (se alvenaria, mista, madeira ou outra a especificar)

Número de economias: informar o número de economias total (uma ou duas);

Número de Pavimentos: informar o número total de pavimentos contemplados no projeto (deverão ser contabilizados todos os pavimentos, a ex.: Subsolo, Pav. Térreo, Pavimentos Tipo, Cobertura, Volume Superior).

Número de dormitórios: informar o número de dormitórios contemplados no projeto inclusive o de zelador;

Número de Vagas para guarda de veículos: informar o número total de vagas de estacionamento do projeto.

CAMPO C: O campo C refere-se às áreas do terreno objeto do projeto. Os dados deste campo deverão ser preenchidos conforme segue:

Área do Terreno conforme Escritura: cálculo de acordo com as dimensões do título registrado no Cartório de Registro de Imóveis;

Área do Menor Polígono: área do polígono resultante da superposição dos polígonos com as dimensões do título e do local;

Área Atingida: área vinculada no imóvel ao sistema viário e/ou outro equipamento urbano;

Área Remanescente: área resultante da subtração da área da escritura e área atingida;

Área para aplicação do R.U: área do terreno, considerada para fins de cálculo do índice de aproveitamento e taxa de ocupação inclusive quando utilizando os benefícios do artigo 8º deste Decreto.

CAMPO D: Todos os itens do campo D correspondem aos índices previstos pelo Regime Urbanístico da L.C.

Índice de Aproveitamento: indicado o código, apenas, conforme Anexo 6 da L.C. Deverá ser informado, também, o índice e a informação de "ISENTO" conforme artigo 107, § 8º, inciso III;

Volumetria Permitida: indicado o código, apenas, conforme anexo 7.1 da L.C. Deverá ser informada a altura máxima, assim como a altura na divisa e da base de acordo com os padrões constantes no citado anexo. Quando houver restrição de cota altimétrica em função do aeroporto a mesma deverá ser inserida (no campo DGCEA);

Taxa de Ocupação Permitida: deverá ser informada a taxa de ocupação máxima para a base e o corpo da edificação conforme padrões do anexo 7.1 da L.C;

Recuo para Jardim: deverá ser informada a dimensão mínima exigida para o recuo para jardim ou sua isenção conforme art. 117 da L.C;

Área livre permeável: deverá ser informada a área obrigatória conforme § 8º do art.96 da LC.

Área livre permeável do projeto: deverá ser informada a área efetiva no projeto.

Isenção de ALP: indicar, dentre as opções apresentadas se há isenção ("SIM" ou "NÃO");

CAMPO E: O campo E refere-se aos cálculos de área do projeto arquitetônico

Discriminação:

Pavimento: discriminar os diferentes tipos de pavimentos (por ex.: Subsolo, Pav. Térreo, Pavimentos Tipo, Cobertura, Volume Superior).

Áreas:

Quantificar as áreas observando concordância com os pavimentos;

Quando houver existente a permanecer este deve ser incluído na coluna "Existente" desde que regular (com carta de habitação), ou existente nos termos do art. 159B da L.C;

A construção irregular deve ser considerada como a construir ou a regularizar;

Havendo área a demolir esta pode ser informada logo abaixo da planilha e a sua área não deve ser somada à área existente.

Anexo 2 – Planilha de áreas para Edificações em geral

PLANILHA DE CONTROLE E REGISTRO (LC 434/99 atualizada pela LC 646/10)

A	EXP. ÚNICO:			LOGRADOURO:										
----------	-------------	--	--	-------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

B	ATIVIDADE (anexo 5.1):				DESCRIÇÃO (anexo 5.2):				RESTRIÇÃO (anexo 5.4):			
	TIPO DE CONSTRUÇÃO: () NOVA () REFORMA () REGULARIZAÇÃO - () ALVENARIA () MISTA () MADEIRA () OUTRA (especificar):											
	Nº ECONOMIAS:		RESIDENCIAL:		NÃO RESIDENCIAL:		ZELADOR: () SIM () NÃO		Q.I. (anexo 6):			
	VAGAS DE ESTACIONAMENTO:		OBRIGATÓRIAS (anexo 10.1)				PARA PNE (Art 124 §4):					
			BOX:		PRIVATIVOS:		SIMPLES:		DUPLOS:			
					CONDOMINIAIS:							
			VAGAS TOTAL:									
	BICICLETÁRIO (Art 124 §5): () SIM () NÃO											
	Nº PAVIMENTOS:											
	Nº DORMITÓRIOS:											

C	ÁREA ESCRITURA:			ÁREA MENOR POLÍGONO:			ÁREA PARA APLICAÇÃO R.U.:		
	ÁREA ATINGIDA:			TRANS. POTENC. CONST.: () SIM () NÃO			ÁREA REMANESCENTE:		
	ÁREA SUBUNIDADE ():			ÁREA SUBUNIDADE ():			ÁREA SUBUNIDADE ():		

D	ANEXO 6 APROVEITAMENTO (CÓD.=)			SUBUNIDADE ()						SUBUNIDADE ()					
				IA= () Cp.=						IA= () Cp.=					
				NÃO ADENSÁVEL: %						NÃO ADENSÁVEL: %					
	SC (SOLO CRIADO): (Art. 53 e 53ª)			Cp.=						NÃO ADENSÁVEL:					
	T.P.C. (TRANSF. POT. CONST.): (Art. 51)			Cp.=						NÃO ADENSÁVEL:					
	TOTAL: (I.A. + S.C. + T.P.C.):			Cp.=						NÃO ADENSÁVEL:					
	ANEXO 7.1 VOLUMETRIA (CÓD.=) DGCEA (se houver limite V COMAR):			SUBUNIDADE ()						SUBUNIDADE ()					
				ALTURA MÁXIMA:						ALTURA MÁXIMA:					
				ALTURA DIVISA:						ALTURA DIVISA:					
				ALTURA BASE:						ALTURA BASE:					
				OCUPAÇÃO:		BASE:				OCUPAÇÃO:		BASE:			
	CORPO:					CORPO:									
	RECUO PARA JARDIM (Art. 117):														
	ÁREA LIVRE PERMEÁVEL:			OBRIGATÓRIA (Art. 96 § 8): m²						PROJETO: m²					
				ISENTA (Art. 113 – VI): () SIM () NÃO											

E	DISCRIMINAÇÃO			ÁREAS												TOTAL
				A CONSTRUIR						EXISTENTE (A PERMANECER)						
				RESIDENCIAL			NÃO RESIDENCIAL			RESIDENCIAL			NÃO RESIDENCIAL			
		PAVIMENTOS	ESPÉCIE	Cp	NÃO ADENSÁVEL		Cp	NÃO ADENSÁVEL		Cp	NÃO ADENSÁVEL		Cp	NÃO ADENSÁVEL		
					50%	ISENTA		50%	ISENTA		50%	ISENTA		50%	ISENTA	
		SUBSOLO														
		BASE														
		CORPO														
	VOLUME SUPERIOR															
		SUBTOTAL														
		TOTAL														

Anexo 2 – folha 2 - Instrução de preenchimento da planilha de áreas para edificações em geral:

A Planilha de Controle e Registro é composta por 05 campos A, B, C, D e E, os quais devem ser preenchidos com base na Lei Complementar 434/99 alterada pela LC 646/10 conforme DM (Declaração Municipal), DRT (Declaração de Responsabilidade Técnica), com dados do projeto, a saber:

CAMPO A: Os dados referentes ao Campo A dizem respeito às informações quanto ao endereço e localização do imóvel. Deverá ser preenchido o número do expediente único (a ser obtido junto ao Protocolo Setorial do EGLRF, em consulta prévia ou quando da protocolização do requerimento de DM) e o respectivo endereço - logradouro e número.

O campo endereço deve ser preenchido em acordo com o respectivo EU. Projetos cujo endereço apresentado diverge do endereço do expediente único são passíveis de indeferimento, devendo, posteriormente, ser novamente protocolizados no EU correto.

CAMPO B: As informações referentes ao Campo B dizem respeito aos dados estatísticos do projeto devendo ser preenchidos:

Atividade: especificar a atividade de acordo com o anexo 5.1 da L.C, devendo o espaço ser preenchido, apenas, com o código do *Grupamento de Atividade* (GA) e a *Zona de Uso*;

Descrição: informar a atividade pretendida e permitida para o local, conforme anexo 5.2, observando as restrições do Anexo 5.3 da L.C;

Restrição: informar quanto ao limite de porte na área de ocupação intensiva constante no Anexo 5.4 da L.C;

Tipo de construção: indicar, dentre as opções apresentadas, o tipo de construção (se nova, reforma em edificação regular ou existente ou regularização) e as características construtivas (se alvenaria, mista, madeira ou outra a especificar);

Número de economias: informar o número de economias total, residenciais, não residenciais e de zelador se contemplados no projeto;

Apartamento Zelador: indicar se o prédio terá apartamento para o zelador ("Sim ou não"). O apartamento de Zelador não pode ser considerado no nº total de economias por se tratar de área condominial;

Quota Ideal (Q.I.): informar o número de unidades residenciais permitidas na zona, quando for o caso, em função do que prevê o art. 109 e Anexo 6 da L. C;

Número de Vagas para guarda de veículos: informar o número total de vagas de estacionamento do projeto.

Obrigatórias: deverá ser informado o número de vagas obrigatórias de acordo com os padrões do Anexo 10.1 da L.C;

Vagas para Portadores de Necessidades Especiais (PNE): informar o número de vagas, quando houver, observados os padrões do art. 124 § 4º da L.C e da NBR- 9050/85 e o artigo 9º deste Decreto;

Número de boxes: Informar o número total de boxes, independente do número de vagas. Observar que a palavra "Box" se refere ao espaço para a vaga podendo ser simples (uma vaga) ou duplo (duas vagas).

Estacionamentos Privativos e/ou Condominiais: Identificar o número de "boxes" propostos no projeto informando o número total de privativos e/ou condominiais.

Para os boxes privativos, informar, ainda, quantos são simples e quantos são duplos.

Os "boxes" não devem ser graficados nas plantas, apenas quantificar o seu nº e a área proposta para os mesmos.

Bicicletário: informar se obrigatório de acordo com o art. 124 § 5º da L.C; indicando, dentre as opções apresentadas "SIM" se obrigatório e "NÃO" se isento.

Número de Pavimentos: informar o número total de pavimentos contemplados no projeto (deverão ser contabilizados todos os pavimentos, a ex.: Subsolo, Pav. Térreo, Pavimentos Tipo, Cobertura, Volume Superior).

Número de dormitórios: informar o número de dormitórios contemplados no projeto inclusive o de zelador;

CAMPO C: O campo C refere-se às áreas do terreno objeto do projeto. Os dados deste campo deverão ser preenchidos conforme segue:

Área do Terreno conforme Escritura: cálculo de acordo com as dimensões do título registrado no Cartório de Registro de Imóveis;

Área do Menor Polígono: área do polígono resultante da superposição dos polígonos com as dimensões do título e do local;

Área para aplicação do R.U: área do terreno, considerada para fins de cálculo do índice de aproveitamento e taxa de ocupação inclusive quando utilizando os benefícios do artigo 8º deste Decreto;

Área Atingida: área vinculada no imóvel ao sistema viário e/ou outro equipamento urbano;

Transferência de Potencial Construtivo: indicar, dentre as opções apresentadas se utilizará ("SIM") ou não o potencial construtivo da área atingida do imóvel;

Área Remanescente: área resultante da subtração da área da escritura e área atingida;

Área das Subunidades: quando o imóvel for atingido por mais de uma subunidade (ex. subunidade 2,3, etc.) deverá ser informada a área do terreno atingida por cada uma destas subunidades nos campos correspondentes, para posterior aplicação dos regimes individualmente.

CAMPO D: Todos os itens do campo D correspondem aos índices previstos pelo Regime Urbanístico da L.C.

Índice de Aproveitamento: indicado o código, apenas, conforme Anexo 6 da L.C.

Anexo 2 – folha 3 - instrução de preenchimento da planilha de áreas para edificações em geral:

As informações relativas ao I.A. deverão ser preenchidas, separadamente, para cada subunidade, sempre que o terreno for atingido por mais de uma subunidade.

O preenchimento dos espaços relativos às áreas adensáveis e não adensáveis serão resultado da aplicação do índice sobre a área da menor poligonal ou área remanescente ou, ainda, sobre a área para aplicação do R.U., conforme o caso;

Solo Criado: deverá ser informado quando utilizado, observando os art. 53, 53A e Anexo 6 da L.C;

Transferência de Potencial Construtivo: deverá ser informado quando utilizado, observando o art. 51 da L.C;

Total de Áreas: indicar o somatório das áreas, apenas, no caso de utilização de S.C. e/ou TPC.

Volumetria Permitida: indicado o código, apenas, conforme anexo 7.1 da L.C.

As informações relativas à Volumetria deverão ser preenchidas, separadamente, para cada subunidade, sempre que o terreno for atingido por mais de uma subunidade.

Deverá ser informada a altura máxima, assim como a altura na divisa e da base de acordo com os padrões constantes no citado anexo. Quando houver restrição de cota altimétrica em função do aeroporto a mesma deverá ser inserida (no campo DGCEA).

Taxa de Ocupação Permitida: deverá ser informada a taxa de ocupação máxima para a base e o corpo da edificação conforme padrões do anexo 7.1 da L.C;

Recuo para Jardim: deverá ser informada a dimensão mínima exigida para o recuo para jardim ou sua isenção conforme art. 117 da L.C;

Área livre permeável: deverá ser informada a área obrigatória conforme § 8º do art.96 da LC.

Área livre permeável do projeto: deverá ser informada a área efetiva no projeto .

Isenção de ALP: indicar, dentre as opções apresentadas se há isenção ("SIM" ou "NÃO).

CAMPO E: O campo E refere-se aos cálculos de área do projeto arquitetônico.

Discriminação:

Pavimento: discriminar os diferentes tipos de pavimentos (por ex.: Subsolo, Pav. Térreo, Pavimentos Tipo, Cobertura, Volume Superior).

Espécie: deverão ser discriminadas as áreas consideradas nos pavimentos sendo colocadas nas colunas previstas como áreas adensáveis, não adensáveis e isentas nos termos do artigo 107 da L.C. (por ex.: sacadas, circulação condominial, estacionamentos, áreas privativas/apartamentos, etc.).

Áreas:

Quantificar as áreas observando concordância com os pavimentos e a sua espécie.

As áreas devem ser separadas quando uso residencial e não residencial;

Quando houver existente a permanecer este deve ser incluído na coluna "Existente" desde que regular (com carta de habitação), ou existente nos termos do art. 159B da L.C;

Construção regular ou existente nos termos do art. 159B a ter seu uso reciclado deve constar como "Existente" e no selo informar tratar-se de reciclagem de uso;

A construção irregular deve ser considerada como a construir ou a regularizar;

Havendo área a demolir esta pode ser informada logo abaixo da planilha e a sua área não deve ser somada à área existente.

Anexo 3 – Planilha de áreas para Condomínios Unidades Autônomas com mais de 02 (duas) unidades;

PLANILHA 02	1. Dispositivo de controle	Macrozona	UEU	Subunidade	Quarteirão	Código	Índice	Computável	50% Cp	Código	3.	Altura (m)	Divisa	Base	Taxa de Ocupação Base	Taxa de Ocupação Corpo	...?..%	Recuo de Jardim	4.	Vagas Anexo 8.4(5) e 10.1 total de vagas	6.	Quota Ideal m²/economia	7.	Número de Economias

PLANILHA 01	
Dados do terreno	
1. Área Titulada	m²
2. Área menor polígono	m²
3. Área atingida PDDUA	m²
4. Área permutada	m²
5. Área líquida	m²
6. Área p/ aplicação do I.A./T.O. (por subunidade)	m²
7. Área privativa	m²
8. Área condominial	m²
9. Total Áreas privativa + condominial	m²

PLANILHA 03								
	Índice de Aproveitamento (I.A) m²				Taxa de Ocupação		Área Livre Permeável	
	Quota(1)	Projeto						
		ACP	Não Adensável		Quota (2)	Projeto	Quota (3)	Projeto
			50%	Isenta				
1. Áreas Privativas								
UP 01								
UP 02								
UP 03								
UP "n"								
Total 1								
2. Áreas Condominiais								
Guarita								
Salão de Festas								
Outros								
Total 2								
Total 1+2								
Área construída total = Cp + 50% + Isenta						m²		

PLANILHA 04					
Pavimento	Dependência	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO (m²)			TOTAL
		Cp	Não Adensável		
			50% Cp	Isenta	
SUBSOLO					
1º PAV.					
2º PAV.					
TOTAL					
TOTAL X Nº DE ECONOMIAS		m²			

PLANILHA 05		
ÁREA LIVRE PERMEÁVEL - LC 434/99 ARTIGO 96 § 8º-12		
		Área (m²)
1. Área Obrigatória		
Projeto	2.Área Condominial	
	3.Área distribuída nas up's	
	4.Área Total	

OBSERVAÇÕES

- Não há vão para a divisa a menos de 1,50 m;
- Não há coletor público no terreno;
- Não há área não edificável no terreno;
- Não há equipamentos urbanos no passeio;
- Não há deságüe de águas para o vizinho;
- Não há árvores no terreno;
- Não há árvores no passeio;
- Pavimentação do passeio atenderá o Decreto 17302/11; (se frente p/ logradouro público)
- O portão não se projetará sobre o passeio;(se frente para logradouro público)
- A drenagem do terreno atenderá o Decreto 15371/06;(se terreno maior que 600 m²)

Anexo 3 – folha 2 - Instrução de preenchimento da planilha de áreas para Condomínios por Unidades Autônomas:

PLANILHA 01

- 1) Área titulada quando houver área expressa na matrícula ou da poligonal da escritura conforme levantamento planialtimétrico.
- 2) Área da menor poligonal resultante da composição entre medidas da escritura e do levantamento planialtimétrico.
- 3) Área atingida pelo traçado do PDDUA (vias, recuo viário, escola, praça, etc.). Deve constar no levantamento planialtimétrico com respectivas dimensões e áreas.
- 4) Área permutada por índice de aproveitamento (opcional) de acordo com Art. 51 da LC 434/99 (transferência de potencial construtivo).
- 5) Área Líquida: área titulada (1) ou da menor poligonal (2) deduzida a Área atingida (3).
- 6) Utilizar Área titulada (1) ou da menor poligonal (2) - (ver Art. 44 do Decreto 12.715/00 ou Art. 155 da LC 434/99). Nos casos em que sobre o imóvel ocorrer traçado do PDDUA utilizar a Área Líquida (5).

PLANILHA 02

- 1) Divisão Territorial do PDDUA conforme Declaração Municipal.
- 6) Quota ideal mínima de terreno por economia, conforme §1º do Art. 109 e anexo 6 da LC 434/99.
- 7) O número máximo de economias é obtido dividindo-se área 2 pela quota ideal ou área 5 nos casos em que ocorrer incidência de traçado do PDDUA (ver anexo 6 da LC 434/99).

PLANILHA 03

- 1) Índice de aproveitamento total distribuído nas unidades privativas.
- 2) Taxa de Ocupação total distribuída nas unidades privativas.
- 3) Área Livre Permeável distribuída nas unidades privativas.

PLANILHA 04

Área construída das unidades privativas (computável, não adensável e isenta).

PLANILHA 05

- 1) Área Livre Permeável Obrigatória
- 2) Área Livre Permeável atendida na área condominial.
- 3) Área Livre Permeável distribuída nas unidades privativas.
- 4) Área Livre Permeável total (2+3).

OBSERVAÇÕES (Deverão constar em prancha as seguintes observações abaixo que não constarem no projeto):

- Não há vão para a divisa a menos de 1,50m;
- Não há coletor público no terreno;
- Não há área edificável no terreno;
- Não há equipamentos urbanos no passeio;
- Não há deságüe de águas para o pátio do vizinho;
- Não há árvores no terreno;
- Pavimentação do passeio atenderá o Decreto 17302/11 (se frente p/ logradouro);
- O portão não se projetará sobre o passeio (se frente para o passeio publico);
- A drenagem do terreno atenderá o Decreto 15371/06 (se o terreno é maior que 600m

Anexo 4 – Documentos e etapas para aprovação e licenciamento nos termos do artigo 13 deste Decreto.


INCISOS DO ART. 26	ASSUNTO	Documentação					LEGISLAÇÃO ADICIONAL	OBSERVAÇÕES
		ART OU RRT	CROQUIS	PROJETO	Em Exp. Único exmp	EM EXP. SIMPLIFICADO		
I	Aumento de até 50,00m²							Deverá requerer Vistoria
II	Reciclagem de uso							Deverá requerer Vistoria
III	Tapumes ou galpões de obra ocupando mais de 50% do passeio público.						Decreto 17.302/2011	Permitido para obras com projeto licenciado junto SMURB.
IV	Andaimes ou quiosques de vendas ocupando passeio público.						Decreto 17.302/2011	Permitido para obras com projeto licenciado junto SMURB. Para quiosque apresentar planta localização, corte esquemático e
V	Pavimentação do passeio público							Verificar Documentação junto à SMOV e EPTC
VI	Demolições em edificações							Preencher formulário Anexo 7 (em duas vias)
VII	Muros com altura superior ao permitido							Deverá ser analisado e autorizado pela CCCE ou UVE.
VIII	Equipamentos do mobiliário urbano							Verificar documentação necessária junto à CAIMU.
IX	Equipamentos de coleta de entulho no passeio						Decreto 11.339/95	Verificar documentação necessária junto à EPTC.
X	Desmembramento ou unificação de economias							Requerer Vistoria (para Carta de Habitação) no prazo de 30 dias da conclusão da obra.
XI	Reconstrução de marquises							Deverá requerer junto à SCP
XII	Eventos temporários *							Apresentar planta localização e corte esquemático
XIII	Modificações de projetos aprovados e licenciados com aumento de até 50,00m²							Área indicada pela CVP em prancha do projeto aprovado, na etapa de Vistoria, com autorização do proprietário.
XIV	Cercas Energizadas						Decreto 12.923/02	Deverá ser requerida na SCP.
XV	ERB							Verificar documentação necessária junto à CAUAE
XVI	Reforma, reparos e substituição de paredes madeira							Preencher formulário Anexo 6 (em duas vias)

*Quando se tratar de evento temporário em construções temporárias, observar o §8º do artigo 13 e a ART ou RRT deverá ser, obrigatoriamente, pela execução da obra e deverá ser requerido em processo simplificado e apresentar laudo de estabilidade estrutural a ser analisado pela SCP/SMURB

Anexo 5 – Folha complementar Padrão CVP – artigo 23 inciso III deste Decreto.

FOLHA COMPLEMENTAR DO REQUERIMENTO DE VISTORIA	
1	Endereço da Obra: Número do Expediente:
2	Trata-se de Vistoria: () Total () Parcial Em caso de vistoria parcial, especificar as áreas a serem vistoriadas:
3	Número da ART ou RRT de execução ou regularização de obra anexada ao processo:
4	Data de início da obra (mês e ano): / Data de ocupação das economias (mês e ano): /
5	Telefone(s) para agendamento da vistoria:
6	E-mail para agendamento da vistoria: É RESPONSABILIDADE DO REQUERENTE ACESSAR DIARIAMENTE SEU E-MAIL PARA TOMAR CONHECIMENTO DA DATA DA VISTORIA.
7	Responsável pelas informações: Assinatura: _____
8	Declaro sob as penas da lei que a referida obra atende a todas as disposições exigidas pela legislação municipal, em especial à lei 284/92. Assinatura do responsável pela execução da obra: _____ Nome e nº CAU/CREA do responsável pela execução:
9	Declaro sob as penas da lei que a Área Livre Permeável da obra foi executada conforme informado no projeto aprovado. Assinatura _____ do responsável: _____ Nome e nº CAU/CREA do responsável técnico:
10	Declaro sob as penas da lei que a obra atende o Projeto de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil, conforme Decreto 18481/2013. Assinatura _____ do responsável: _____ Nome e nº CAU/CREA do responsável técnico:
11	Observações:

Anexo 6 – Declaração para fins de Licença nos termos dos artigos 13 e 14 deste Decreto.

 Prefeitura de Porto Alegre	DECLARAÇÃO PARA FINS DE LICENÇA NOS TERMOS DOS ARTS. 13 E 14 (Decreto 18.623/2014)	(ESPAÇO PARA VISTO)
Endereço:		<hr/> (CARIMBO) EM ____/____/____
Nome do proprietário:		
Nº do Expediente Único:		
Nº do Processo Simplificado:		

OBJETO DA LICENÇA:	
Informações de responsabilidade do R. T.	() REFORMA INTERNA
	() REPAROS INTERNOS
	() SUBSTITUIÇÃO DE PAREDES DE MADEIRA POR ALVENARIA
	() OUTROS, CONF. § ÚNICO do ARTIGO 14 (ESPECIFICAR):
	EM ATENDIMENTO AOS ARTIGOS 13 e 14 DO DECRETO 18.623/2014

DADOS RESPONSÁVEL TÉCNICO	
NOME PROFISSIONAL:	
Nº CAU / CREA:	Nº RRT / ART:
ASSINATURA:	

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador identidade nº _____, do CPF nº _____, registrado do CREA ou CAU sob nº _____ e responsável técnico pela execução da obra acima identificada, **declaro**, sob penas da lei, para os devidos fins e a quem possa interessar que o projeto e a obra a ser executada atende à todas as disposições exigidas pela legislação vigente, especialmente o contido na L.C. 284/1992.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração para que surta seus efeitos legais.

Porto Alegre, ____ de _____ de 20____.

ASSINATURA

OBSERVAÇÕES	

IMPORTANTE:

A LIBERAÇÃO DO PRESENTE DOCUMENTO NÃO DISPENSA O ATENDIMENTO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL QUE REGULAMENTA DOS CONDOMÍNIOS

Anexo 7 – Declaração para fins de Licença de demolição, artigo 13 deste Decreto.

 Prefeitura de Porto Alegre	DECLARAÇÃO PARA FINS DE LICENÇA DEMOLIÇÃO (Decreto 18.623/2014)		(ESPAÇO PARA VISTO)
	Endereço:		<div style="border-top: 1px solid black; text-align: center;">(CARIMBO)</div> <div style="border-top: 1px solid black; text-align: center;">EM ____/____/____</div>
	Nome do proprietário:		
	Nº do Expediente Único:		
	Nº do Processo Simplificado:		

OBJETO DA LICENÇA:	
Informações de responsabilidade do R.T.	() DEMOLIÇÃO TOTAL
	() DEMOLIÇÃO PARCIAL
	EM CASO DE DEMOLIÇÃO PARCIAL, ANEXAR CROQUI IDENTIFICANDO AS ÁREAS A DEMOLIR E A PERMANECER.
	EM ATENDIMENTO AO ARTIGO 13 DO DECRETO 18.623/2014

DADOS RESPONSÁVEL TÉCNICO	
NOME PROFISSIONAL:	
Nº CAU / CREA:	Nº RRT / ART:
ASSINATURA:	

DECLARAÇÃO	
<p>Eu, _____, portador identidade nº _____, do CPF nº _____, registrado do CREA ou CAU sob nº _____ e responsável técnico pela demolição acima identificada, declaro, sob penas da lei, para os devidos fins e a quem possa interessar que a demolição a ser executada atende à todas as disposições exigidas pela legislação vigente, especialmente o contido na L.C. 284/1992.</p> <p>Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração para que surta seus efeitos legais.</p> <p style="text-align: right;">Porto Alegre, ____ de _____ de 20____.</p> <p style="text-align: right;">_____ ASSINATURA</p>	

INFORMAÇÕES DA PMPA - SMURB
() CONFORME FICHA CADASTRAL, PARA O(S) N ^{O(S)} :
() CONFORME IMOBILIÁRIO DA SMF, PARA O(S) N ^{O(S)} :

OBSERVAÇÕES

PRAZO: 90 DIAS

Anexo 8 – Laudo de Manutenção dos Elevadores e Escadas Rolantes – artigo 31 deste Decreto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SUPERVISÃO DE CONTROLE E PREVENÇÃO

LAUDO DE MANUTENÇÃO DE ELEVADORES E ESCADAS ROLANTES

(LEI COMPLEMENTAR Nº 12/75 E LEI COMPLEMEN TAR 284/92)

DESPACHO

Nº DA NOTIFICAÇÃO

Nº DO EXPEDIENTE

TIPO DE LAUDO

☐ INICIAL COM RECOMENDAÇÕES ☐ INICIAL E CONCLUSIVO ☐ CONCLUSIVO

REFERÊNCIA

☐ ELEVADORES Nº DE EQUIPAMENTOS: ☐ ESCADAS ROLANTES Nº DE EQUIPAMENTOS: ☐ MONTA-CARGAS

ENDEREÇO DA EDIFICAÇÃO (INFORMAR TODOS OS LOGRADOUROS E TODOS OS NÚMEROS DO IMÓVEL)

CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO

MARCA: CAPACIDADE DE CARGA:

Nº DO(S) EQUIPAMENTO(S):

CARACTERÍSTICAS DA EDIFICAÇÃO ONDE ESTÁ INSTALADO O EQUIPAMENTO

☐ RESIDENCIAL ☐ COMERCIAL/SERVIÇOS ☐ INDÚSTRIA ☐ OUTROS Nº DE PAVIMENTOS:

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO / REPRESENTANTE LEGAL DO EQUIPAMENTO

NOME / RAZÃO SOCIAL

ENDEREÇO

E-MAIL

TELEFONE

CELULAR

IDENTIDADE / ÓRGÃO

CPF / CNPJ

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

NOME

ART / RRT Nº

ENDEREÇO

TELEFONE

CELULAR

E-MAIL

TÍTULO

CREA / CAU Nº

ASSINATURA

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA DE MANUTENÇÃO

NOME DA EMPRESA

CGC / CNPJ

ENDEREÇO

TELEFONE

CELULAR

E-MAIL

IDENTIDADE / ÓRGÃO

ASSINATURA

RECOMENDAÇÕES E/OU CONFIRMAÇÃO DA MANUTENÇÃO/ FUNCIONAMENTO – MEDIDAS IMEDIATAS PARA ELIMINAÇÃO DOS RISCOS EXISTENTES/ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DATA

/ /

OBSERVAÇÃO

O NÃO ATENDIMENTO AS RECOMENDAÇÕES CONSTANTES IMPLICA EM MULTA CONFORME LEGISLAÇÃO

Anexo 9 – Laudo de Estabilidade Estrutural – artigo 31 deste Decreto

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SUPERVISÃO DE CONTROLE E PREVENÇÃO

LAUDO DE ESTABILIDADE ESTRUTURAL

(LEI 6.323/88 , DEC. 9.425/89 E L.C. 284/92)

(PARA MARQUISES E SACADAS DEVE SER RENOVADO A CADA 3 ANOS)

DESPACHO

Nº DA NOTIFICAÇÃO

Nº DO EXPEDIENTE

TIPO DE LAUDO

☐ INICIAL COM RECOMENDAÇÕES ☐ INICIAL E CONCLUSIVO ☐ CONCLUSIVO

REFERÊNCIA

☐ MARQUISE ☐ SACADAS ☐ MUROS ☐ FACHADAS ☐ OUTROS

ENDEREÇO DA EDIFICAÇÃO (INFORMAR TODOS OS LOGRADOUROS E TODOS OS NÚMEROS DO IMÓVEL)

CARACTERÍSTICAS DO PRÉDIO / ESTUTURA / EQUIPAMENTO / OUTROS

☐ ALVENARIA ☐ MADEIRA ☐ MISTO ☐ METÁLICO ☐ CONCRETO ☐ OUTROS N° DE PAVIMENTOS:

IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

NOME / RAZÃO SOCIAL

E-MAIL

ENDEREÇO

CPF / CNPJ

TELEFONE / CELULAR

IDENTIDADE / ÓRGÃO

ASSINATURA

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

NOME

ART / RRT N°

ENDEREÇO

TELEFONE

CELULAR

E-MAIL

TÍTULO

CREA / CAU N°

ASSINATURA

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME

FUNÇÃO

ENDEREÇO

TELEFONE

CELULAR

E-MAIL

IDENTIDADE / ÓRGÃO

ASSINATURA

LAUDO / VISTORIA : FORAM CONSTATADAS AS SEGUINTE ALTERAÇÕES – S (SIM) N

☐ FISSURAS ☐ DEFORMAÇÕES ☐ MANCHAS DE INFILTRAÇÃO DE ÁGUA
☐ INTERDITAR ☐ DEFEITOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO ☐ CARGAS ACIDENTAIS ☐ ESCORAMENTO
☐ OUTROS (ESPECIFICAR):

RECOMENDAÇÕES E/OU CONFIRMAÇÃO DA ESTABILIDADE ESTRUTURAL – MEDIDAS IMENDIATAS PARA ELIMINAÇÃO DOS RISCOS EXISTENTES

DATA

/ /

OBSERVAÇÃO

PRAZO PARA ATENDIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES 60 DIAS, ATENDENDO LEGISLAÇÃO VIGENTE

A-CGMA, MOD. UR-001 ON-LINE

Anexo 10 – LTIP - Laudo inicial e conclusivo – artigo 31 deste Decreto



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SUPERVISÃO DE CONTROLE E PREVENÇÃO

EXPEDIENTE ÚNICO

RECEBIDO EM:

/ /

LAUDO TÉCNICO DE INSPEÇÃO PREDIAL - LTIP INICIAL E CONCLUSIVO
DECRETO 18.574, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014 - CARACTERÍSTICAS DA EDIFICAÇÃO

UNIDADE DE TRABALHO / SETOR

COORDENAÇÃO DE PREVENÇÃO / UNIDADE DE MANUTENÇÃO PREDIAL / SETOR DE ESTRUTURAS

ENDEREÇO COMPLETO (logradouro(s), número(s), etc.)

DATA DO LTIP

/ /

NÚMERO
DE
PAVIMENTOS

Existe risco de colapso estrutural?

☐ SIM ☐ NÃO

Foi executada interdição do local?

☐ SIM ☐ NÃO

Descrever no formulário anexo, modelo UR-005.1, as medidas adotadas, prazos e outras providências, caso positivo.

Existe marquise conforme Lei 6325/88 e Decreto 9425/89?

☐ SIM ☐ NÃO

Os elevadores atendem o art. 46 da L.C. 12/75?

☐ SIM ☐ NÃO

Existe Laudo de Proteção Contra Incêndio (LPCI) em vigor, conforme a L.C. 420/98?

☐ SIM ☐ NÃO

Foram comunicadas as obras e/ou serviços recomendadas no LPCI – conforme Lei Complementar 420/98?

☐ SIM ☐ NÃO

ITEM Nº.	PAVIMENTO (Sub-solo, Térreo, 1º. Pavimento)	OCUPAÇÃO Anexo I L.C. 284/92	Existem patologias? Sim / Não	Grau de Risco M – Mínimo R - Regular C - Crítico	PRAZO DE CORREÇÃO

O responsável técnico abaixo firmado DECLARA PARA OS DEVIDOS FINS QUE EXECUTOU INSPEÇÃO PREDIAL no imóvel/prédio/estabelecimento e seus equipamentos, o qual resguardado o uso e atividade na data da inspeção, conclui que a edificação na sua totalidade, independente da metodologia de inspeção, apresenta condições de estabilidade estrutural, de salubridade e habitabilidade, atendendo a legislação vigente e normas técnicas podendo ser utilizado para os fins que se destina.

A responsabilidade sobre o atendimento da legislação, bem como as medidas expressas no LTIP recebido pela SMURB, assim como a sua correta execução, cabe exclusivamente aos profissionais através da ART ou RRT, não assumindo o Município qualquer responsabilidade técnica sobre qualquer destas partes ou a sua totalidade, conforme disposto nos artigos 8º, 9º e 10º da Lei Complementar nº 284, de 27 de outubro de 1992 (Código de Edificações).

NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LTIP:

E-MAIL:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

TÍTULO:

Nº CREA / CAU

Nº ART / RRT

ASSINATURA:

NOME DO: ☐ PROPRIETÁRIO ☐ SÍNDICO ☐ USUÁRIO A QUALQUER TÍTULO

E-MAIL:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

CPNJ, CPF E/OU CARTEIRA DE IDENTIDADE:

ASSINATURA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
 SUPERVISÃO DE CONTROLE E PREVENÇÃO

EXPEDIENTE ÚNICO
RECEBIDO EM: / /

ANEXO
LAUDO TÉCNICO DE INSPEÇÃO PREDIAL - LTIP INICIAL E
CONCLUSIVO
 DECRETO 18.574, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014 - CARACTERÍSTICAS DA EDIFICAÇÃO

UNIDADE DE TRABALHO / SETOR COORDENAÇÃO DE PREVENÇÃO / UNIDADE DE MANUTENÇÃO PREDIAL / SETOR DE ESTRUTURAS

ENDEREÇO COMPLETO (logradouro(s), número(s), etc.)	DATA DO LTIP / /
--	---------------------

<p>OBSERVAÇÕES/ORIENTAÇÕES (Opcional)</p>
--

NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LTIP:			E-MAIL:
ENDEREÇO:			TELEFONE:
TÍTULO:	Nº CREA / CAU	Nº ART / RRT	ASSINATURA:

NOME DO <input type="checkbox"/> PROPRIETÁRIO <input type="checkbox"/> SÍNDICO <input type="checkbox"/> USUÁRIO A QUALQUER TÍTULO			E-MAIL:
ENDEREÇO:			TELEFONE:
CPNJ, CPF E/OU CARTEIRA DE IDENTIDADE:		ASSINATURA:	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SUPERVISÃO DE CONTROLE E PREVENÇÃO

EXPEDIENTE ÚNICO

RECEBIDO EM:

/ /

LAUDO TÉCNICO DE INSPEÇÃO PREDIAL - LTIP INICIAL COM RECOMENDAÇÕES
DECRETO 18.574, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014 - CARACTERÍSTICAS DA EDIFICAÇÃO

UNIDADE DE TRABALHO / SETOR

COORDENAÇÃO DE PREVENÇÃO / UNIDADE DE MANUTENÇÃO PREDIAL / SETOR DE ESTRUTURAS

ENDEREÇO COMPLETO (logradouro(s), número(s), etc.)

DATA DO LTIP

/ /

NÚMERO DE PAVIMENTOS	Existe risco de colapso estrutural? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Existe marquise conforme Lei 6325/88 e Decreto 9425/89? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Existe Laudo de Proteção Contra Incêndio (LPCI) em vigor, conforme a L.C. 420/98? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	Foi executada interdição do local? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Os elevadores atendem o art. 46 da L.C. 12/75? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Foram comunicadas as obras e/ou serviços recomendadas no LPCI – conforme Lei Complementar 420/98? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Descrever no formulário anexo, modelo UR-007.1, as medidas adotadas, prazos e outras providências, caso positivo.			

ITEM N°.	PAVIMENTO (Sub-solo, Térreo, 1º. Pavimento)	OCUPAÇÃO Anexo I L.C. 284/92	Existem patologias? Sim / Não	Grau de Risco M – Mínimo R - Regular C - Crítico	PRAZO DE CORREÇÃO

NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LTIP:

E-MAIL:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

TÍTULO:

Nº CREA / CAU

Nº ART / RRT

ASSINATURA:

NOME DO ☐ PROPRIETÁRIO ☐ SÍNDICO ☐ USUÁRIO A QUALQUER TÍTULO

E-MAIL:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

CPNJ, CPF E/OU CARTEIRA DE IDENTIDADE:

ASSINATURA:

OBSERVAÇÕES:

- As medidas indicadas e as necessárias em busca da segurança, condições de uso da edificação referente à prevenção, manutenção, conservação e alterações decorrentes deverão ser executadas independente da tramitação junto a PMPA, do presente laudo, atendendo integralmente a legislação vigente, normas técnicas e o devido licenciamento junto aos órgãos competentes.
- Fazem parte integrante do presente laudo ART-CREA e/ou RRT-CAU acompanhadas do comprovante de pagamento das taxas.
- A critério do Responsável Técnico, juntamente com os formulários padrão SMURB, poderá ser anexado ao laudo.
- O presente laudo de inspeção predial não tem caráter de regularização a qualquer título de áreas irregularmente construídas. Estas áreas irregulares, com estabilidade estrutural atestada, não impedem o recebimento do LTIP.
- Após execução das Recomendações deverá ser apresentado LTIP Conclusivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SUPERVISÃO DE CONTROLE E PREVENÇÃO

EXPEDIENTE ÚNICO

RECEBIDO EM:

/ /

ANEXO
LAUDO TÉCNICO DE INSPEÇÃO PREDIAL - LTIP INICIAL COM
RECOMENDAÇÕES

DECRETO 18.574, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014 - CARACTERÍSTICAS DA EDIFICAÇÃO

UNIDADE DE TRABALHO / SETOR

COORDENAÇÃO DE PREVENÇÃO / UNIDADE DE MANUTENÇÃO PREDIAL / SETOR DE ESTRUTURAS

ENDEREÇO COMPLETO (logradouro(s), número(s), etc.)

DATA DO LTIP

/ /

RECOMENDAÇÕES

Declarar os reparos e/ou serviços a serem executados para manutenção e recuperação da edificação, assim como medidas adotadas, se necessárias, relativas a lindeiros e logradouro público. Em caso de risco iminente descrever as medidas adotadas conforme o art. 9º do Decreto.

Item nº :

NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LTIP:

E-MAIL:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

TÍTULO:

Nº CREA / CAU

Nº ART / RRT

ASSINATURA:

NOME DO: ☐ PROPRIETÁRIO ☐ SÍNDICO ☐ USUÁRIO A QUALQUER TÍTULO

E-MAIL:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

CPNJ, CPF E/OU CARTEIRA DE IDENTIDADE:

ASSINATURA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SUPERVISÃO DE CONTROLE E PREVENÇÃO

EXPEDIENTE ÚNICO

RECEBIDO EM:

/ /

LAUDO TÉCNICO DE INSPEÇÃO PREDIAL - LTIP CONCLUSIVO

DECRETO 18.574, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

UNIDADE DE TRABALHO / SETOR

COORDENAÇÃO DE PREVENÇÃO / UNIDADE DE MANUTENÇÃO PREDIAL / SETOR DE ESTRUTURAS

ENDEREÇO COMPLETO (logradouro(s), número(s), etc.)

DATA DO LTIP

/ /

O responsável técnico abaixo firmado DECLARA PARA OS DEVIDOS FINS QUE EXECUTOU AS RECOMENDAÇÕES DO LTIP INICIAL COM RECOMENDAÇÕES, no imóvel/prédio/estabelecimento e seus equipamentos, o qual resguardado o uso e atividade na data da inspeção, conclui que a edificação na sua totalidade, independente da metodologia de inspeção, apresenta condições de estabilidade estrutural, de salubridade e habitabilidade, atendendo a legislação vigente e normas técnicas podendo ser utilizado para os fins que se destina.

A responsabilidade sobre o atendimento da legislação, bem como as medidas expressas no LTIP recebido pela SMURB, assim como a sua correta execução, cabe exclusivamente aos profissionais através da ART ou RRT, não assumindo o Município qualquer responsabilidade técnica sobre qualquer destas partes ou a sua totalidade, conforme disposto nos artigos 8º, 9º e 10º da Lei Complementar nº 284, de 27 de outubro de 1992 (Código de Edificações).

RESUMO DAS MEDIDAS EXECUTADAS (Opcional):

Indicar no formulário anexo, modelo UR-006.1 as observações/orientações para o proprietário, síndico ou usuário a qualquer título. (Opcional)

NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LTIP:

E-MAIL:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

TÍTULO:

Nº CREA / CAU

Nº ART / RRT

ASSINATURA:

NOME DO: ☐ PROPRIETÁRIO ☐ SÍNDICO ☐ USUÁRIO A QUALQUER TÍTULO

E-MAIL:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

CPNJ, CPF E/OU CARTEIRA DE IDENTIDADE:

ASSINATURA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
SUPERVISÃO DE CONTROLE E PREVENÇÃO

EXPEDIENTE ÚNICO

RECEBIDO EM:

/ /

ANEXO
LAUDO TÉCNICO DE INSPEÇÃO PREDIAL – LTIP CONCLUSIVO
DECRETO 18.574, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

UNIDADE DE TRABALHO / SETOR

COORDENAÇÃO DE PREVENÇÃO / UNIDADE DE MANUTENÇÃO PREDIAL / SETOR DE ESTRUTURAS

ENDEREÇO COMPLETO (logradouro(s), número(s), etc.)

DATA DO LTIP

/ /

OBSERVAÇÕES/ORIENTAÇÕES
(Opcional)

NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LTIP:

E-MAIL:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

TÍTULO:

Nº CREA / CAU

Nº ART / RRT

ASSINATURA:

NOME DO: ☐ PROPRIETÁRIO ☐ SÍNDICO ☐ USUÁRIO A QUALQUER TÍTULO

E-MAIL:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

CPNJ, CPF E/OU CARTEIRA DE IDENTIDADE:

ASSINATURA: